

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

ANDRÉ DOS SANTOS LOPES

PRÁTICAS ALIMENTARES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
UBERLÂNDIA - MG

UBERLÂNDIA - MG

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

André dos Santos Lopes

PRÁTICAS ALIMENTARES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
UBERLÂNDIA - MG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Nutrição da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito para conclusão do
curso de Graduação em Nutrição.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luana Padua Soares

Uberlândia - MG

2024

**PRÁTICAS ALIMENTARES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
UBERLÂNDIA – MG**

**DIETARY PRACTICES OF THE HOMELESS POPULATION IN UBERLÂNDIA –
MG**

André dos Santos Lopes¹, Luana Padua Soares²

¹ Graduando, Curso de Nutrição, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Av. Pará, nº1720, Bloco 2U - Campus Umuarama. Bairro Umuarama, CEP 38400-902, Uberlândia, MG, Brasil

² Docente, Curso de Nutrição, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Av. Pará, nº 1720, Bloco 2U - Campus Umuarama. Bairro Umuarama, CEP 38400-902, Uberlândia, MG, Brasil

RESUMO

A população em situação de rua apresenta pobreza, vínculos familiares fragilizados e inexistência de moradia convencional regular. A escassez de pesquisas sobre esse tema resulta na necessidade de investigar esse fenômeno. O objetivo deste estudo é avaliar as práticas alimentares da população em situação de rua na cidade de Uberlândia-MG. Trata-se de um estudo de corte transversal realizado nos abrigos da cidade. Variáveis sociodemográficas e hábitos alimentares foram analisados. Os dados foram analisados utilizando o programa Statistical Package for Social Sciences versão 21 para obter frequência e porcentagem. Foram avaliados 167 indivíduos. Observou-se, predominantemente, pessoas do sexo masculino que se alimentam por meio de doações ou em instituições de acolhimento. A maior parte declarou, na semana anterior, ingestão de feijão, arroz, legumes ou verduras e carne todos os dias; consumo de ovo, leite ou derivados, fruta de 1 a 3 dias e consumo considerável de alimentos processados e ultraprocessados. Além disso, informaram, de modo predominante, ingestão de água inferior a 2000ml diária e que conseguiam água em torneiras e bebedouros públicos.

Concluiu-se que a população em situação de rua analisada sofre com a insegurança alimentar e nutricional e violação do direito humano à alimentação saudável e adequada.

PALAVRAS CHAVES: Pessoas em situação de rua. Práticas Alimentares. Alimentação.

ABSTRACT

The homeless population presents poverty, weakened family ties and the lack of regular conventional housing. The scarcity of research on this topic results in the need to investigate these characteristics. The objective of this study is to evaluate the eating practices of the homeless population in the city of Uberlândia-MG. This is a cross-sectional study carried out in the city's shelters. Sociodemographic variables and eating habits were analyzed. Data were analyzed using the Statistical Package for Social Sciences version 21 to obtain frequency and percentage. 167 individuals were evaluated. Observe, predominantly, male people who feed themselves through donations or in shelter institutions. Most declared, in the previous week, that they consumed beans, rice, vegetables and meat every day; consumption of eggs, milk or derivatives, fruit every 1 to 3 days and considerable consumption of processed and ultra-processed foods. Furthermore, we predominantly reported water intake of less than 2000 ml daily and that they obtained water from taps and public drinking fountains. It was concluded that the homeless population analyzed suffers from food and nutritional insecurity and violation of the human right to healthy and adequate food.

KEYWORDS: Homeless People. Food Practices. Food.

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua é definida como grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória¹.

Em dezembro de 2022, estimou-se que 1 em cada 1000 brasileiros estava vivendo em situação de rua. No mesmo período, observou-se que 64% dos municípios do país tinham pelo menos uma pessoa em situação de rua². Supõe-se ainda que, no Brasil, a população em situação de rua tenha crescido 38% entre 2019 e 2022, totalizando 281.472 pessoas em 2022³.

No que se refere ao perfil, em dezembro de 2022, a população em situação de rua - no Brasil - apresentava as seguintes características: 87% do sexo masculino; 55% com idade entre 30 e 49 anos; 51% pardas; 17% pretas; 90% sabe ler e escrever; 68% já teve emprego com carteira assinada e 17% tinham o trabalho como catador como principal fonte de renda².

No que diz respeito aos principais motivos para estar em situação de rua, 44% dos casos está vinculado a problemas familiares, 39% desemprego e 29% alcoolismo e/ou uso de drogas².

No que concerne à alimentação, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua mostrou que 79,6% dos indivíduos em situação de rua conseguiam realizar, no mínimo, uma refeição por dia e 19% não conseguiam se alimentar todos os dias⁴.

A alimentação adequada não se restringe à promoção de saúde e sobrevivência. Para além disso, o ato de comer ultrapassa limites sociais, culturais e políticos, se configurando como um momento de prazer e afeto^{5,6,7}. Apesar disso, a população em situação de rua sofre com transgressões significativas do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável se considerarmos os mecanismos escassos para obter acesso aos alimentos como, por exemplo, a

busca em recipientes que armazenam lixo, compra de alimentos por terceiros ou consumo de sobras em estabelecimentos comerciais⁸.

Independente do modo como o alimento é adquirido, a população em situação de rua não desfruta da Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que não há obtenção de alimentos em quantidade e qualidade aceitáveis e o acesso aos alimentos não é garantido, regular e constante. Ainda, a ausência do poder de escolha e do respeito à cultura evidenciam a exclusão social e inexistência de projetos eficientes providos pelo Estado⁵.

Ademais, a ingestão alimentar e possíveis carências nutricionais são preocupantes. Isso porque sugere-se que pessoas em situação de rua que consomem bebida alcoólica em excesso podem apresentar quantidades insuficientes de vitamina C, tiamina e outros nutrientes⁹. Ainda, é possível que pessoas em situação de rua apresentem maior ingestão de sal e menor consumo de fibras, frutas e leite quando comparadas com indivíduos alojados em abrigos¹⁰.

Apesar do fenômeno da população em situação de rua ser antigo, existem definições e dados caracterizadores e alguns estudos sobre o tema, a população em situação de rua ainda sofre sérias violações de direitos básicos relacionados à alimentação. Esse fato sugere que as estratégias de enfrentamento à Insegurança Alimentar ainda são insuficientes e apresentam falhas. Por esses motivos, o objetivo deste estudo foi avaliar as práticas alimentares da população em situação de rua na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico de corte transversal com a população em situação de rua da cidade de Uberlândia – MG. Essa investigação integra um projeto guarda-chuva, intitulado “Avaliação de aspectos nutricionais e de saúde da população em situação de rua em Uberlândia – MG” e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia - (CEP/UFU (CAAE 21368619.0.0000.5152, Parecer 3.848.971).

A população de estudo é composta pela população em situação de rua em Uberlândia. De acordo com o Centro de Referência à População de Rua em Uberlândia – MG, à época da elaboração do projeto, estimava-se aproximadamente 1.136 pessoas nesta situação no município. Considerando nível de confiança de 90% e erro amostral de 5%, a amostra obtida é 218.

A coleta de dados foi realizada no período de novembro de 2022 a dezembro de 2023, em instituições que acolhem pessoas em situação de rua na cidade de Uberlândia - MG. Nos abrigos, primeiramente, os coordenadores informaram os participantes sobre o projeto. Posteriormente os pesquisadores os convidaram a participar e explicaram o objetivo e os procedimentos da pesquisa.

Foram incluídos todos os maiores de 18 anos, que se encontravam em situação de rua, que estavam sendo atendidas nas instituições, aceitaram participar da pesquisa e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Quando os participantes não sabiam ler e escrever, o termo era lido e o participante registrava sua impressão datiloscópica ao Termo de Consentimento. Posteriormente, uma cópia do termo era fornecida ao participante.

Foram excluídas as pessoas que não se encontravam em condições de clareza mental ou que estavam sob efeito de álcool e drogas, pois esses fatores podem inviabilizar a confiabilidade das respostas. Do total estimado, 183 pessoas participaram da pesquisa. No entanto, apenas 167 foram incluídas nas análises, visto que foi necessário excluir aqueles que apresentavam erro de digitação ou ausência de respostas no formulário.

Os pesquisadores elaboraram um questionário para obter dados sociodemográficos, hábitos de vida e hábitos alimentares. Os aspectos sociodemográficos se referem a idade, sexo, identidade de gênero, cor ou raça, estado civil, religião, escolaridade, situação de trabalho, renda, tempo em situação de rua e motivo.

Com relação aos hábitos alimentares, foram avaliados o número de refeições, forma de obtenção dos alimentos e frequência de consumo alimentar nos últimos 7 dias. Além disso, houve investigação sobre a quantidade de água ingerida diariamente e modos de obtenção.

Realizou-se análise descritiva dos dados, com cálculo de frequências, médias e desvio padrão. Os dados foram analisados com o uso do software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 21.

RESULTADOS

Quadro 1 – Características da população em situação de rua no município de Uberlândia – MG, Brasil, (n=167), 2022 – 2023.

Variáveis	n	%
Idade		
18 a 39 anos	69	41,31
40 a 59 anos	85	50,89
60 anos ou mais	13	7,78
Sexo		
Masculino	162	97
Feminino	5	3
Identidade de gênero		
Cisgênero	163	97,6
Transgênero	3	1,79
Não binário	1	0,59
Cor ou raça		
Parda	69	41,31
Branca	48	28,74
Amarela	2	1,19
Preta	45	26,94
Indígena	3	1,79
Estado civil		
Solteiro (a)	125	74,85
Casado (a)	10	5,98
Separado(a)/desquitado(a)/divorciado(a)	27	16,16
Viúvo(a)	5	2,99
Religião		
Católico	54	32,33
Evangélico	64	38,32
Espírita	7	4,19
Não tenho religião	26	15,56
Outras	16	9,58
Sabe ler e escrever?		
Sim	153	91,61
Não	14	8,38
Escolaridade		
Sem instrução	7	4,19
Ensino fundamental completo ou incompleto	107	64,06
Ensino médio completo ou incompleto	33	19,75
Ensino superior completo ou incompleto	20	11,97

Situação de trabalho		
Trabalho remunerado com carteira assinada	8	4,79
Trabalho remunerado como autônomo	65	38,92
Catador de reciclagem	2	1,19
Não trabalha	74	44,31
Recebe auxílio	9	5,38
Aposentado	9	5,38
Pede dinheiro nas ruas?		
Sim	69	41,31
Não	98	58,68
Renda mensal aproximada		
Sem renda	31	18,56
Até 1 salário mínimo (de R\$ 0,01 até R\$ 1412,00)	87	52,09
De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 1412,01 até R\$ 2824,00)	39	23,35
De 2 a 3 salários mínimos (de R\$ 2824,01 até R\$ 4236,00)	9	5,38
Mais de 3 salários mínimos (mais de R\$ 4236,00)	1	0,59
Tempo em situação de rua		
Menos de 1 mês	32	19,16
1 mês até 6 meses	35	20,95
Mais de 6 meses até 1 ano	22	13,17
Mais de 1 ano até 5 anos	40	23,95
Mais de 5 anos	38	22,75
Principal motivo para estar em situação de rua		
Desemprego	42	25,14
Desavenças com familiares	59	35,32
Problemas de alcoolismo e/ou drogas	49	29,34
Outros	17	10,17

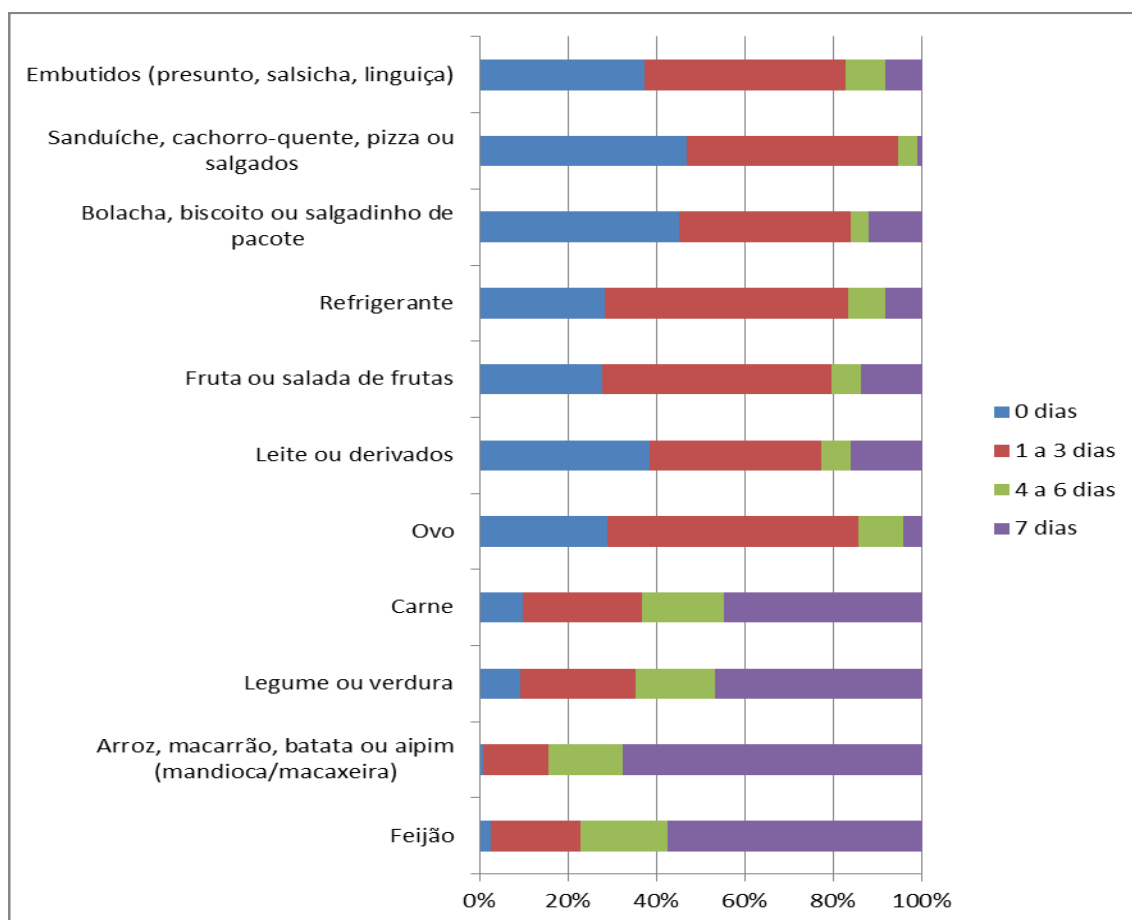
Foram analisados, nesta pesquisa, dados sobre 167 pessoas que se encontravam em situação de rua no município de Uberlândia – MG. Esse grupo inclui, majoritariamente, indivíduos com idade entre 40 e 59 anos, do sexo masculino, cisgênero, pardo, solteiro, evangélico, com ensino fundamental completo ou incompleto e que sabem ler e escrever. Além disso, os participantes declararam, predominantemente, não possuírem trabalho, não pedirem dinheiro nas ruas, renda igual ou inferior a 1 salário mínimo, tempo em situação de rua maior que 1 ano até 5 anos e desavenças com familiares como principal motivo para estar em situação de rua (Quadro 1).

Quadro 2 – Hábitos alimentares de uma população em situação de rua no município de Uberlândia – MG, Brasil, (n=167), 2022 – 2023.

Variáveis	n	%
Frequência que costuma se alimentar		
Não me alimento todos os dias	14	8,38
1x/dia ou 2x/dia	41	24,55
3x/dia ou 4x/dia	98	58,68
5x/dia ou mais	14	8,38
Realiza refeições sozinho(a) ou acompanhado(a)		
Sozinho (a)	85	50,89
Acompanhado (a)	82	49,1
Principal forma de conseguir alimentos		
Compra com seu próprio dinheiro	78	46,7
Por meio de doações	55	32,93
Alimenta-se em instituições de acolhimento	33	19,76
Pega alimento no lixo	1	0,59
Alimenta-se na empresa em que trabalha	0	0
Consumo de alimentos retirados do lixo		
Sim	72	43,11
Não	95	56,88

No que se refere aos hábitos alimentares, a maioria dos participantes informou que se alimentam 3 ou 4 vezes ao dia, realizam refeições sozinhos, nunca consumiram alimentos retirados do lixo e usam o próprio dinheiro como principal forma de adquirir alimentos. Entretanto, convém destacar que uma parcela significativa (24,55%) alimenta-se 1 ou 2 vezes ao dia e 8,38% não se alimentam todos os dias. Além disso, é importante destacar que 52,69% se alimentam, principalmente, por meio de doações ou em instituições de acolhimento. Por fim, apesar da maior parte nunca ter consumido alimentos retirados do lixo, uma parcela expressiva (43,11%) declarou ter vivenciado essa situação (Quadro 2).

Figura 1 – Frequência de consumo alimentar de população em situação de rua no município de Uberlândia – MG, Brasil, (n=167), 2022-2023.



Com relação a frequência de consumo alimentar, a maior parte dos participantes declararam que, nos últimos 7 dias, consumiram feijão, arroz, legumes ou verduras e carne todos os dias. Enquanto isso, ovo, leite ou derivados, fruta ou salada de frutas foram consumidos, pela maioria dos indivíduos, de 1 a 3 dias. Ainda, a maior parcela dos entrevistados relataram ingestão de refrigerante, sanduíche, cachorro quente, pizza ou salgados e embutidos em 1 a 3 dias e revelaram consumo de bolacha, biscoito ou salgadinho de pacote em nenhum dia. Por fim, cabe evidenciar que 22,74%, 35,32% e 36,52% dos participantes salientaram consumo de feijão, legume ou verdura e carne em 3 dias ou menos, respectivamente (Figura 1).

Quando questionados sobre o consumo diário de água, 14 (8,38%) participantes relataram consumir menos de 1000 ml, 91 (54,49%) de 1000 ml e 2000 ml, 34 (20,35%) de 2001 ml a 3000 ml e 28 (16,76%) superior a 3000 ml. A maioria (71,85%) relatou que conseguiam água em torneiras e bebedouros públicos, 14,97% água cedida de residências e estabelecimentos comerciais, 12,57% em instituições de acolhimento e 0,59% comprava com o próprio dinheiro.

DISCUSSÃO

O presente estudo indica predominância de pessoas do sexo masculino, pardos, solteiros, com renda inferior a 1 salário mínimo, tempo em situação de rua de 1 a 5 anos e desanveças familiares como principal motivo para estar em situação de rua. Além disso, observa-se, majoritariamente, indivíduos que se alimentam sozinhos, 3 ou 4 vezes ao dia; que nunca consumiram alimentos retirados do lixo e usam o próprio dinheiro para comprar alimentos. Ainda, nota-se que, na semana anterior, a maior parte dos participantes consumiram feijão, arroz, legumes ou verduras e carne todos os dias; ovo, leite ou derivados, fruta ou salada de frutas de 1 a 3 dias e alimentos processados ou ultraprocessados em 3 dias ou menos.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) elaborou, em 2023, um relatório com o intuito de fornecer informações sobre o perfil da população em situação de rua no Brasil. Esse trabalho revelou que, em 2022, a maior parte do público era composto por pessoas do sexo masculino, com idade entre 30 e 49 anos, pardas e que sabiam ler e escrever. Além disso, os principais motivos para estar em situação de rua eram os problemas com familiares, desemprego e alcoolismo e/ou uso de drogas, achados similares com o que se apresenta no nosso estudo.

Outra pesquisa disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome analisou a escolaridade e o tempo em situação de rua de uma população situada em 71 cidades do país. Concluiu-se que a maior parte dos participantes possuíam o ensino fundamental incompleto (48,4%) e estavam em situação de rua a mais de 1 ano até 5 anos (32,6%), resultados semelhantes com o apresentado no nosso trabalho⁴. O mesmo estudo analisou o ato de pedir dinheiro nas ruas e concluiu que a minoria dos participantes (15,7%) realizavam esse ato como principal meio para sobreviver⁴. Entretanto, no presente estudo, (41,31%) dos participantes afirmaram que pedem dinheiro nas ruas.

As pesquisas mais amplas do país oferecem pouca ou nenhuma informação acerca das questões de gênero, diversidade sexual, estado civil, religião e quantificação de renda, evidenciando o cenário de escassez de informações sobre a população em situação de rua^{2,3,4}. Nesse sentido, Quiroga et al, argumenta que a maior proporção de pessoas do sexo masculino pode ser explicada pelo contexto da vida na rua⁴. Em relação à renda, a situação de rua intensifica a materialidade da pobreza por meio da privação de recursos básicos¹¹.

A religiosidade e a espiritualidade podem interferir positivamente na alteração da condição de vulnerabilidade¹². Gramajo et al argumentam que a assistência fornecida pela rede de apoio produzida é de extrema importância para a sobrevivência das pessoas em situação de rua¹³. Por esses motivos, é intrigante perceber que as maiores pesquisas do país não se dedicaram a investigar as questões mencionadas.

No que concerne aos hábitos alimentares, Montanari (2008) explica que o momento de comer produz momentos de união, deixando de significar apenas uma necessidade fisiológica⁷. Apesar disso, (50,89%) dos participantes da nossa pesquisa relataram que comem sozinhos. Esse dado mostra que a pessoa em situação de rua se encontra longe dos familiares, com número reduzido de amigos, sozinha e com poucas condições de realizar refeições à mesa⁵.

As principais formas de conseguir alimento relatadas nesta pesquisa foram a compra com o próprio dinheiro (46,7%), seguida por doações (32,93%) e instituições de acolhimento (19,76%). Diante disso, é importante observar que a maioria dos participantes está sujeita a ações de outras pessoas para obter a maior parte dos alimentos que consomem. Sendo assim, é possível conceber a ideia de que grande parte da população em situação de rua desconhece – por depender de terceiros - a procedência e qualidade dos alimentos disponíveis e está privada do poder de escolha. Além disso, essa conjuntura pode ser explicada pela indisponibilidade diária de alimentos e ausência ou escassez de renda para adquirir alimentos⁸.

O consumo de alimentos retirados do lixo é outra condição que merece destaque, visto que uma parte significativa dos participantes desse estudo (43,11%) relataram que necessitaram, em algum momento, consumir alimentos do lixo. Nesse sentido, Duarte et al explica que a fome e a comida do lixo estão relacionadas. Isto é, a fome gera a busca por alimentos no lixo. Somado a isso, os autores argumentam que a fome fere a dignidade e demonstram como as pessoas em situação de rua se expressam com relação a essa circunstância: indicando componente afetivo, sofrimento e tristeza⁵. Todos esses fatos revelam as graves violações ao direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional da população em situação de rua.

Oliveira (2017) analisou o acesso à alimentação de pessoas em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Os dados da pesquisa indicaram que 75% dos entrevistados relataram dificuldade para acessar alimentos. No mesmo estudo, a maior parte dos participantes relataram realizar 1 ou 2 refeições por dia. No presente estudo, a maior parte dos participantes (58,68%) realizavam 3 ou 4 refeições por dia. Isso ocorre porque nossa pesquisa entrevistou pessoas que, estavam sendo atendidas em instituições de acolhimento. Por outro lado, a maior parte dos participantes do outro estudo estavam nas ruas¹⁴.

Sendo assim, é possível supor que, provavelmente, as pessoas que vivem exclusivamente nas ruas podem sofrer restrições mais severas em comparação com aqueles que estão acolhidos em abrigos ou instituições. Todavia, é importante perceber que parte significativa dos participantes do presente estudo (32,93%) se alimentam 2 vezes ao dia ou menos e (8,38%) não se alimenta todos os dias. Isso importa, uma vez que, mesmo recebendo auxílio, é possível que uma grande parcela das pessoas em situação de rua se alimente com pouca frequência. Tais fatos expõem o quadro de insegurança alimentar e nutricional e a incerteza sobre o acesso regular às refeições que acomete as pessoas em situação de rua, o que pode resultar em enfraquecimento do corpo e aumento das chances de adoecimento^{8,15}.

No que diz respeito à frequência de consumo alimentar, a parcela predominante dos participantes declarou que, nos últimos 7 dias, consumiu feijão, arroz, legumes ou verduras e carne todos os dias. Duarte et al explicam que esse é o prato típico dos brasileiros, marcado pela identidade cultural e hábitos alimentares adquiridos pela sociedade brasileira ao longo do tempo e que essa composição pode ser percebida nas marmitas doadas e nas refeições ofertadas nos abrigos⁵.

Esses dados são positivos não só pelo aspecto cultural, mas também por se tratar de alimentos que compõem uma refeição completa, rica em fibras, proteínas, vitaminas e antioxidantes, associadas ao menor risco de obesidade e doenças crônicas não-transmissíveis e funcionamento saudável do intestino¹⁶. Contudo, é importante destacar que grande parte das pessoas em situação de rua podem não usufruir dessa conjuntura, uma vez que, no nosso estudo, 22,74%, 35,32% e 36,52% dos participantes salientaram consumo de feijão, legume ou verdura e carne em 3 dias ou menos, respectivamente; indicando que uma parte expressiva deste público está privado de alguns aspectos culturais e não consegue obter os benefícios nutricionais que ocorrem com a ingestão regular dos alimentos mencionados.

Além disso, ovo, leite ou derivados, fruta ou salada de frutas foram consumidos, predominantemente, de 1 a 3 dias. O ovo é um alimento de rápida cocção que apresenta um bom perfil nutricional, incluindo proteínas de alto valor biológico, vitaminas do complexo B, A, E, K, carotenóides e minerais como ferro e zinco^{17,18}. Enquanto isso, o leite e seus derivados são fontes de proteínas de alto valor biológico e incluem vitaminas e minerais. Por esses motivos, o consumo habitual é recomendado, principalmente para que haja ingestão suficiente de cálcio e manutenção da estrutura óssea¹⁹. Somado a isso, as frutas são fontes de fibra, minerais, vitaminas, antioxidantes e auxiliam na prevenção de diversas doenças¹⁶. Nesse sentido, o relato de baixa frequência de ingestão desses alimentos é preocupante e sugere que a população em situação de rua pode sofrer carência dos nutrientes mencionados e, por esse motivo, apresentar prejuízos à saúde e maiores chances de desenvolver algumas doenças.

Ainda, os entrevistados relataram ingestão de refrigerante, sanduíche, cachorro quente, pizza ou salgados e embutidos em 1 a 3 dias e consumo de bolacha, biscoito ou salgadinho de pacote em nenhum dia. Refrigerante é uma bebida que pode conter muito açúcar, aditivos cosméticos e aromatizantes na composição. Sanduíche, cachorro quente, pizza e salgados são alimentos que podem conter excesso de ingredientes processados e embutidos que, somados a bolacha, biscoito ou salgadinho de pacote, constituem o grupo dos alimentos ultraprocessados. Esses alimentos são caracterizados por apresentarem um perfil de nutrientes desbalanceado, com muita gordura, sódio e açúcar. Além disso, são carentes em vitaminas, minerais e fibras, um quadro que contribui com o surgimento de obesidade, câncer, diabetes e risco de deficiências nutricionais¹⁶. Dessa maneira, os relatos são preocupantes, uma vez que alguns dos alimentos mencionados foram consumidos com frequência considerável. Ainda, é possível que essa conjuntura esteja relacionada ao poder de compra limitado e ao perfil das doações recebidas⁸.

A água é indispensável para manutenção da vida, hidratação e funcionamento adequado do organismo. Somado a isso, a necessidade de água varia de acordo com a idade, sexo, massa corporal condições ambientais e nível de atividade física²⁰. Apesar disso, a recomendação de ingestão hídrica fornecida pelas Dietary Reference Intakes (DRIs) variam entre 3,3 e 3,7 litros para homens adultos e de 2,3 a 2,7 litros para mulheres adultas²¹. Sendo assim, é possível supor que a maior parte dos participantes dessa pesquisa possam sofrer com efeitos da desidratação, uma vez que a ingestão inferior a 2000 ml diária foi predominante.

Além disso, a maior parte do público entrevistado conseguia água em torneiras e bebedouros públicos. Uma revisão da literatura realizada por Bárta et al constatou que existem dificuldades no controle de parâmetros básicos na água distribuída coletivamente no Brasil. Esses parâmetros incluem fluoretação, turbidez, e presença de *E. coli* e coliformes²². Ainda, é possível que as chuvas introduzam nutrientes e/ou bactérias no sistema de distribuição, diminuindo a qualidade da água ofertada²³. Por esses motivos, as pessoas em situação de rua podem estar em risco, uma vez que adquirem e consomem água diretamente da rede pública de distribuição, predominantemente.

É importante destacar que essa pesquisa utiliza uma amostra relevante (167) e analisa práticas alimentares da população em situação de rua diante de um contexto com escassez de pesquisas sobre o tema. Além disso, esse estudo abordou questões que são pouco exploradas ou inexistentes em outros trabalhos como, por exemplo, a identidade de gênero, estado civil, religião, quantificação de renda, ato de realizar refeições sozinho ou acompanhado e questionário de frequência alimentar.

Por outro lado, esse trabalho apresenta limitações. A primeira delas ocorre por se tratar de estudo epidemiológico de corte transversal. Ou seja, a observação dos fenômenos ocorreram apenas durante a coleta de dados e esse contexto pode ser modificado em consequência do contexto social e político. Somado a isso, os participantes estavam sendo atendidos por instituições de acolhimento durante a coleta de dados e, provavelmente, essa população apresenta melhores condições de saúde e alimentação quando comparadas àquelas que se encontram exclusivamente nas ruas.

Além disso, alguns locais onde ocorreram as entrevistas apresentavam condições de estadia e alimentação mais favoráveis em comparação a outros. Por fim, pode ter ocorrido viés de memória durante as entrevistas. Entretanto, esperamos que essa investigação contribua para uma compreensão mais ampla e estimule o surgimento de mais pesquisas sobre o tema.

CONCLUSÃO

Diante disso, percebe-se que a população em situação de rua do presente nessa análise experimenta uma realidade marcada por sérias transgressões e restrições. Isso porque as circunstâncias mencionadas são resultado da privação do poder de escolha, poder de compra limitado e ineficácia das ações realizadas pelo Estado brasileiro até o momento presente. Esses fatos resultam em desconhecimento com relação a procedência e qualidade dos alimentos disponíveis, sofrimento emocional e maiores chances de haver deficiência de nutrientes e adoecimento.

Em suma, esses fatos exibem o quadro de insegurança alimentar e nutricional, a incerteza sobre o acesso regular às refeições e a violação do direito humano à alimentação saudável e adequada que acomete a população em situação de rua presente neste estudo. Diante disso, é indispensável que essa população seja observada e incluída de maneira efetiva nas políticas públicas para que, assim, seja possível alcançar um cenário marcado pela justiça social.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009; 23 dez. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm
2. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. População em situação de rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília, agosto de 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf
3. Natalino, Marco. Nota Técnica n. 103 (Disoc): Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasil, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf
4. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf
5. Duarte MB do C, Brisola EMA, Rodrigues AM. População em situação de rua: representações sociais sobre o comer e a comida. Estud. Interdiscip. Psicol. [Internet]. 31º de outubro de 2021 [citado 30º de março de 2024];12(2):57-74. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072021000300005

6. Carneiro HS. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005. Editora UFPR. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328063797.pdf>
7. Montanari M. Comida como cultura. Tradução de Letícia Martins de Andrade – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/749773/mod_resource/content/1/comida.como.culturapdf.pdf
8. Alessandra de Oliveira M, Burlandy Campos de Alcântara L. Direito à alimentação da população em situação de rua e pandemia da COVID-19. *SER_Social* [Internet]. 22º de janeiro de 2021 [citado 30º de março de 2024];23(48):76-93. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32305
9. Ijaz S, Jackson J, Thorley H, Porter K, Fleming C, Richards A, Bonner A, Savović J. Nutritional deficiencies in homeless persons with problematic drinking: a systematic review. *Int J Equity Health*. 2017 May 5;16(1):71. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5418701/>
10. Fallaize R, Seale JV, Mortin C, Armstrong L, Lovegrove JA. Dietary intake, nutritional status and mental wellbeing of homeless adults in Reading, UK. *Br J Nutr*. 2017 Nov;118(9):707-714. Available from: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29185928/>
11. Esmeraldo F, Carlos E, Verônica M. Pobreza e pessoas em situação de rua: uma revisão sistemática. *Psicol. pesq.* [online]. 2021, vol.15, n.3 [citado 2024-03-30], pp. 1-27 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1982-12472021000300001

12. Guimarães AG de C, Moreira J de O. A religiosidade do morador de rua e o sentido de vida: o caso Marcelo. Memorandum [Internet]. 18º de abril de 2011 [citado 30º de março de 2024];20:225-49. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6633>

13. Gramajo CS, Maciazeki-Gomes R de C, Silva P dos S da, Paiva AMN de. (Sobre)viver na Rua: Narrativas das Pessoas em Situação de Rua sobre a Rede de Apoio. Psicol cienc prof [Internet]. 2023;43:e243764. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/KnJ4NzHKBLksDZw7Dv5mhNm/>

14. OLIVEIRA, M. A. Políticas de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional e acesso à alimentação de pessoas em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFF; 2017. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23541/MeimeiAlessandraDeOliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

15. Galindo E, Teixeira MA, Araújo M, Motta R, Pessoa M, Mendes L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice Working Paper Series, 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy; 2021. Disponível em:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/relatorio%20pesquisa%20Berlim%20UFFMG.pdf>

16. Ministério da Saúde. Fascículo 1 Protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar: bases teóricas e metodológicas e protocolo para a população adulta. Brasília: USP; 2021. Disponível em:

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_guia_alimentar_fasciculo1.pdf

17. Griffin BA. Eggs: good or bad? *Proc Nutr Soc.* 2016;75(3):259-64. Available from: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27126575/>
18. Henrique A. Alimentos Funcionais - Parte 2. *Rev Oxidologia* 2002; 2:8–13.
19. Muniz LC, Madruga SW, Araújo CL. Consumo de leite e derivados entre adultos e idosos no Sul do Brasil: um estudo de base populacional. *Ciênc saúde coletiva* [Internet]. 2013Dec;18(12):3515–22. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HGDGYsjCFfS7WCh5LbPsg5m/abstract/?lang=pt>
20. Benelam B, Wyness L. Hydration and health: a review. *British Nutrition Foundation Nutr Bull* 2010; 35: 3–25. Available from: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-3010.2009.01795.x>
21. Padovani RM, Amaya-Farfán J, Colugnati FAB, Domene SMÁ. Dietary reference intakes: aplicabilidade das tabelas em estudos nutricionais. *Rev Nutr* [Internet]. 2006Nov;19(6):741–60. Available from: <https://www.scielo.br/j/rn/a/YPLSxWFtJFR8bbGvBgGzdcM/abstract/?lang=pt>
22. Bárta, R., Silva, J., Daronco, C., Pretto, C., Fernandes Stumm, E., & Colet, C. (2021). Qualidade da água para consumo humano no Brasil: Revisão integrativa da literatura. *Vigilância Sanitária e Debates: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, 9, 74 – 85. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5705/570572979009/movil/>
23. Amorim MJL, Costa JV. Quality of water available for consumption in public schools in Brazil: integrative review. *RSD* [Internet]. 2022Dec.21 [cited 2024Mar.24];11(17):e71111738444. Available from: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38444>